

# QUAL HISTÓRIA, QUAL ENSINO? CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA NO MERCOSUL<sup>1</sup>

Rodrigo LEMOS SIMÕES  
rlsimoes@lasalle.tche.br

*Centro Universitário La Salle – UNILASALLE  
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.*

## EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Ao logo do tempo, o ensino de história apresentou-se estreitamente relacionado a prática historiográfica, essa, por sua vez, não acontece de forma alheia às questões pertinentes a uma época. A renovação historiográfica que se processou a partir da segunda metade do século XX bem como as mudanças no cenário mundial e os avanços tecnológicos do período trouxeram consigo outras possibilidades para o fazer histórico, introduzindo novos objetos e metodologias, sacudindo as bases teóricas que sustentavam os discursos de então.

Nas últimas décadas aumentaram as críticas aos modelos que insistem na redução do ensino de história à memorização e reprodução de modelos, privilegiando através de um viés cronológico determinados fatos e personagens ou mesmo o estudo linear do passado calcado, sobretudo, nas bases do desenvolvimento político e econômico.

Cada vez mais, difundem-se reflexões sobre a participação dos alunos como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, chamando a atenção para a importância da valorização das suas experiências na construção do conhecimento histórico. Valoriza-se assim aquelas situações didáticas que favoreçam a aprendizagem de procedimentos de pesquisa, planejamento, observação, identificação, avaliação e reflexão sobre questões sociais importantes ao seu cotidiano e as relações desse com o passado.

---

<sup>1</sup> Este estudo tem por objetivo apontar alguns elementos relativos ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, no que diz respeito a educação e a cultura, sobretudo as práticas relativas a escolarização nos países que fazem parte desse acordo. Nos interessam as questões referentes ao ensino de história, a forma como vem sendo desenvolvido nas escolas e especialmente como o MERCOSUL é trabalhado nos livros didáticos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), nos subsidiam quando buscamos pensar o tipo de ensino básico que queremos desenvolver no Brasil e a prática desenvolvida em nossas escolas pelos professores da rede pública e privada de ensino.

Nesse sentido, os objetivos do estudo da história na educação básica voltaram-se para as questões pertinentes à noção de cidadania, identificando relações sociais e políticas e o exercício de direitos e deveres, bem como a construção identitária, o respeito e a valorização da diversidade social e do patrimônio sociocultural, posicionando-se também de forma crítica e responsável no conhecimento e preservação do meio ambiente.

Mais especificamente espera-se que o aluno ao concluir o ensino fundamental e médio, tenha desenvolvido habilidades que o capacitem a utilizar fontes históricas na construção do conhecimento, a fim de identificar, compreender e caracterizar realidades históricas diversas e as múltiplas relações existentes entre a cultura, a natureza e o trabalho e as transformações no modo de vida das populações.

Se utilizar-mos, por exemplo, eixo temático proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o terceiro ciclo, veremos que ele orienta os estudos para a compreensão da realidade brasileira, americana e mundial enfatizando a história das relações sociais, da cultura e do trabalho.

Finalmente, busca-se ao longo da educação básica, desenvolver nos alunos atitudes voltadas ao amadurecimento moral e intelectual e a capacidade avaliativa diante de determinadas situações, valorizando o comprometimento, o respeito, o envolvimento e a ética.

## MERCOSUL E INTEGRAÇÃO CULTURAL

Passados mais de dez anos da idealização do MERCOSUL, pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, poucos foram os progressos em termos de uma discussão mais profunda sobre os canais de integração cultural entre estes quatro países.

Reflexo desta situação pode ser observada nos nossos livros didáticos que quase não abordam o tema, demonstrando um certo descaso a respeito deste importante processo de integração regional. Não raras vezes o espaço reservado para este assunto está restrito a pouco mais de alguns parágrafos, sem uma maior contextualização deste processo como um todo.

Tal fato vai de encontro a dificuldade de produção de uma historiografia no MERCOSUL que ultrapasse as barreiras dos nacionalismos. Heloisa J. Reichel ressalta este aspecto da historiografia dos países em questão chamando a atenção para um novo modelo que de conta desta nova realidade mundial da qual o MERCOSUL é uma decorrência.

É necessário estimular as abordagens comparativas e temáticas que possibilitem a identificação de traços de identidades comuns ou de aproximação entre os países, em vez de narrar uma história delimitada pelos limites geopolíticos do Estado-nação e pelos antagonismos e diferenças que marcaram as relações entre os mesmos. (REICHEL, 1997, p.55)

Pensar o desenvolvimento econômico da região, as questões de caráter político e social bem como a produção cultural dos países membros, e todas as implicações deste processo no âmbito interno de cada Estado e deste bloco como um todo é uma tarefa bastante complexa.

Encarar o MERCOSUL como uma possibilidade real de integração e desenvolvimento regional é buscar também formas de levar a efeito o conhecimento a respeito deste processo e sua importância dentro da atual conjuntura internacional. É criar canais para discussão e estimular a participação de todos a fim de que ele deixe de ser apenas um acordo entre governos e economias, distanciando das práticas diárias das pessoas dos países envolvidos, passando a ser vivido e experimentado pelas mesmas.

Neste sentido é que chamamos a atenção para a importância do estudo do tema já no ensino fundamental, havendo a necessidade de uma reformulação da forma como ele vem sendo trabalhado até o presente momento nos livros didáticos, salvo raras exceções em que vemos o tema sendo desenvolvido com maior destaque.

Este trabalho tem como objetivo analisar uma parcela da produção didática na área de história, um dos locais onde podemos encontrar referência ao tema. Aprofundaremos nossa análise mais especificamente na produção relativa ao ensino fundamental, a fim de traçar o panorama das propostas a respeito da temática, buscando vislumbrar a forma como a mesma vem sendo apresentada neste tipo de suporte didático.

Temos também como objetivo o levantamento de propostas de estudo, visando um melhor desenvolvimento do trabalho a respeito do processo em questão. O que é necessário para a efetiva compreensão do mesmo por parte dos alunos? De que maneiras, quais os recursos necessários para seu estudo?

A falta de uma preocupação mais efetiva nos livros didáticos a respeito do MERCOSUL vem contribuindo para a má compreensão do mesmo, causando o desinteresse por parte dos alunos que não conseguem estabelecer maiores vínculos com o dito processo de integração, o que é no mínimo preocupante dada a dinâmica da sociedade atual e todos os desafios que surgem tanto no âmbito interno como externo, além das pressões exercidas por outros países e blocos sobre este.

Temos também um interesse especial sobre a forma como este tipo de estudo está sendo visto pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Ministério da Educação. Para isso iremos buscar nos pressupostos básicos para educação dos parâmetros curriculares nacionais, os subsídios necessários para pautarmos nossa proposta a respeito do referido processo.

## MERCOSUL: BREVE HISTÓRICO

O histórico da integração entre os Estados do sul do continente americano remonta a épocas bastante remotas. Integração essa, que na maioria dos casos dava-se a margem das questões políticas que regiam tais Estados, acontecia no comércio das fronteiras, nas falas e sotaques, ou nos espetáculos das companhias itinerantes que percorriam as cidades. Não queremos recuar muito no tempo para darmos início ao ponto que realmente nos interessa.

Tão pouco pretendemos entrar em um outro tipo de discussão que remeta a existência ou não de estudos técnicos sobre o impacto deste processo de integração em termos práticos sobre a economia dos pequenos e médios produtores da região. Neste momento iremos nos limitar a discutir o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) enquanto um processo de grande importância para a região, mas pouco explorado na sua totalidade.

Trata-se na realidade de um acordo estabelecido por quatro Estados sul americanos, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, no ano de 1991, através do Tratado de Assunção,

e que ao longo dos anos foi sendo estruturado, na medida em etapas distintas deste processo passavam a entrar em vigor, como o início da União Aduaneira no ano de 1995.

Contudo, o MERCOSUL é mais do que apenas a integração econômica, este acordo estabeleceu como meta consolidar-se também enquanto um bloco de ações políticas, sociais e culturais. Neste sentido, uma série de Protocolos e Acordos somaram-se ao texto inicial, fato este que já era previsto pelos governos dos países membros, institucionalizando uma série de ações a serem tomadas para que de fato a esperada integração viesse a se fortalecer. Abriu-se espaço também para que outros Estados da América do Sul se associassem ao Bloco, o que efetivamente aconteceu.

A época em que o MERCOSUL entra em vigor é bastante ilustrativa de um novo período na história dos Estados sul Americanos. Toda uma série de obstáculos de natureza política e econômica que faziam parte do contexto regional no período passam a se dissipar ao longo dos anos 80, abrindo margem para que o processo de integração fosse se tornando uma realidade.

A conscientização por parte destes Estados de que somente através de um sólido processo de integração seria possível enfrentar uma série de questões internas e externas de caráter econômico e social, fez com que se tornasse possível o fortalecimento político e econômico da região.

Contudo, ela não deixou de enfrentar altos e baixos, passando por várias provações que, em muitos casos, são reflexos de políticas passadas ou o resultado de desacertadas intervenções econômicas do presente. Além disso, a formação dos megablocos econômicos em termos mundiais, associada ao forte processo de globalização na qual vivemos, fez com que se tornassem mais objetivos do que nunca os princípios levantados pelos países membros quando da idealização do Acordo.

Em termos culturais, podemos dizer que o processo de globalização que vem massificando impiedosamente as populações dos países em desenvolvimento, de certa forma cria dificuldades na consolidação de um processo identitário. Tal processo não deve limitar-se aos elementos de caráter histórico, mas nos reportar as questões do tempo presente, aquilo que nos identifica enquanto membros de uma determinada sociedade, que vivem e interagem em um dado tempo, com maneiras distintas de ver e interpretar as questões pertinentes a uma época.

É neste sentido que pensamos ser necessário um debate mais profícuo em termos culturais, para que nos reconheçamos não apenas enquanto portadores de identidades nacionais, mas também de uma identidade regional, uma regionalidade entendida aqui enquanto um processo que atravessa as fronteiras nacionais, ligando Estados e pessoas em torno de uma série de interesses que se constituem de forma comum.

Alguns passos já foram dados em favor de uma política cultural mais consistente no MERCOSUL. O interesse dos governos em estabelecer uma série de objetivos de caráter cultural a partir da formação do bloco evidencia-se com a criação do Protocolo de Cooperação Cultural do MERCOSUL, que agora passaremos a analisar.

## **O PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO MERCOSUL**

O Protocolo de Integração Cultural, de 16 de dezembro de 1996, é o marco no pensar a cultura dentro das fronteiras do MERCOSUL. As discussões iniciais que deram origem a este documento datam do ano anterior, quando em Buenos Aires, os governos

do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, reuniram-se para a Primeira Reunião Especializada de Cultura no âmbito do MERCOSUL.

Este documento lança as bases do que é pretendido pelo bloco em termos de integração cultural. Conhecedores da diversidade e inspirados no respeito a identidade de cada país, foram dados os passos iniciais no sentido de promover o intercâmbio entre as agências culturais a partir de projetos comuns. O segundo artigo do Protocolo faz menção direta a promoção das “tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países-membros”.

Os aspectos históricos são contemplados de forma bastante explícita enquanto elementos de fundamental importância na constituição identitária e cultural nestes países. Neste sentido faz-se mister a promoção de pesquisas sobre temas históricos e culturais comuns a fim de promover iniciativas culturais conjuntas. Fica clara a preocupação expressa no documento em incluir nestas pesquisas aspectos do contemporâneo, deixando clara a idéia de ralação não só entre espaços, mas também entre tempos distintos.

Para tanto, é necessário que se viabilize - e esta uma das preocupações expressas no documento -, um programa de “cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico”. Tal iniciativa expressa bem o desejo de compreensão recíproca dos elementos constitutivos da cultura e da história de cada um dos países membros.

É citado ainda no documento a importância da formação comum de recursos humanos a ser administrada por parte dos Estados a fim de se ampliarem os quadros de gestores culturais. Esta iniciativa está diretamente relacionada ao desejo destes países de levar os elementos da cultura produzida no MERCOSUL a todas as regiões dos seus respectivos territórios, compromisso assumido em tal protocolo.

## **O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NOS PAÍSES MEMBROS**

Neste ponto iremos tratar do sistema de educação nos países membros, buscando as especificidades de cada país, chamando a atenção para a falta de um referencial mínimo sobre os aspectos culturais do processo de integração.

A estrutura do sistema educativo argentino está regulamentado pela Lei Federal da Educação nº 24. 195/95. Divide-se em 5 ciclos, o de Educação inicial, o da Educação geral Básica, o da Educação Polimodal, o da Educação Superior, e o da Educação Quaternária. Para o presente trabalho, iremos nos deter apenas nos elementos constitutivos do segundo ciclo, o da Educação Geral Básica, chamando a atenção apenas aos pontos de caráter específicos ao tema da pesquisa.

A formação básica das crianças e adolescentes argentinos prevê a aquisição do domínio instrumental dos saberes significativos a respeito da cultura nacional, latino-americana e universal. Neste sentido é estimulado o conhecimento e a valorização crítica dos elementos constitutivos da tradição e do patrimônio cultural. Dura 9 anos e tem início a partir dos 6 anos de idade.

No Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a educação divide-se em dois níveis: o da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, e o da Educação Superior. Interessa-nos o Ensino Fundamental, que dura no mínimo 8 anos e inicia a partir dos 6 anos de idade.

Não existe nenhuma menção explícita a integração dos países da região. Fala na compreensão do ambiente natural e social onde se fundamenta a sociedade, mas não enfatiza qualquer ensejo de busca do conhecimento da realidade regional de forma mais consistente, perdendo-se num quadro bastante genérico de tolerância recíproca, sem entrar em maiores detalhes sobre o que venha a ser tal objetivo.

No Paraguai, a Lei Geral da Educação de 1998 estabelece 3 níveis de educação: a Educação Inicial e a Básica, a Educação Média e a Educação Superior. A Educação Básica tem início aos 6 anos de idade, tendo 9 anos de duração. Também não faz qualquer menção explícita ao processo de integração dos países do MERCOSUL ou de qualquer espécie de elemento cultural a ser pensado dentro de um quadro de reconhecimento de realidades distinta.

No Uruguai, a Lei nº 15.739 de março de 1985, regulamenta o sistema educativo. Divide-se em 4 níveis: Educação Pré-escolar ou Inicial, Educação Primária e Educação Média e a Educação Superior. A Educação primária inicia aos 6 anos de idade e dura 6 anos. Também não é feito qualquer comentário sobre o processo de integração do sul do continente americano, ou sobre aspectos da diversidade cultural da região.

Conforme podemos observar nesta pequena análise, somente o sistema de ensino Argentino tem maiores preocupações em desenvolver desde o nível básico um trabalho mais consistente voltado para o reconhecimento da diversidade e da valorização da cultura latino-americana. Tal fato parece bastante revelador, fazendo justiça ao quadro de desconhecimento e desinteresse a respeito do tema proposto.

Enquanto não existir interesse por parte dos governos dos países membros do MERCOSUL em criar um referencial mínimo de discussão sobre o projeto de integração da região em termos culturais, continuaremos desconhecendo até mesmo aqueles elementos básicos necessário para o reconhecimento e o respeito da cultura destes outros povos.

## **DISCUSSÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA**

Em face do processo de regionalização em que vivemos, torna-se muito importante o desenvolvimento de propostas para a educação nos países do MERCOSUL a serem trabalhadas sob olhares múltiplos. Neste sentido, a elaboração de projetos em conjunto, nos mais variados segmentos do conhecimento devem ser estimulados para que possamos estabelecer um novo quadro capaz de dar conta da complexidade deste processo.

Contudo, advertimos para o fato de que não basta repensarmos somente a questão dos conteúdos a serem trabalhados dentro deste quadro de mudanças. Mais do que continuarmos a perpetuar o mesmo esquema de estudos de forma isolada, devemos pensar a forma como integrar tais conhecimentos a partir de outras modalidades de ensino, outras formas de ensinarmos a história, a geografia, a biologia ou seja qual for a área do conhecimento. Importa que ela adquira um significado maior para o aluno através de um enfoque que contemple a integração a partir da dimensão educativa.

Trata-se de um grande desafio a criação desta nova perspectiva em relação ao ensino no MERCOSUL. Desafio que busca uma forma de desenvolver a integração a partir da educação, o que só é possível de ser realizado na medida em que seja difundido um repensar sobre os currículos escolares. Contudo, repensar os currículos requer um cui-

dado redobrado no sentido de promover a integração ao mesmo tempo que deve respeitar e preservar as especificidades locais.

Antes de mais nada, trata-se do conhecimento e da aceitação da cultura do outro enquanto elemento fundamental para a criação de um ambiente de diálogo entre estes povos. Já foram feitas reuniões entre os representantes dos quatro governos mas não chegou-se a um censo comum, ou algo que se efetivasse em termos práticos.

Para que o MERCOSUL possa ser pensado enquanto um processo de integração entre culturas será necessário que comecemos rompendo certas barreiras que limitam a visualização deste processo, ainda nas séries iniciais do ensino dos quatro países. Cada vez mais torna-se necessário pensarmos em termos comuns e refletirmos sobre um processo de formação histórica que remonte aos quatro países, e que esteja para além dos nacionalismos históricos.

O reconhecimento de uma matriz histórica que tem muito em comum nos quatro países, salvaguardadas as especificidades de cada um deles, mas fazendo perceber a importância de se ter o conhecimento da região nos seus múltiplos aspectos para a efetivação do processo de integração, é o mínimo que se pode esperar em termos de políticas públicas para a educação no MERCOSUL.

Contudo, não podemos correr o risco de estabelecer um visão por demais presentista e teleológica sobre o passado da região. Neste sentido, adverte José Flávio S. Saraiva sobre a atualidade e o risco desta tendência bastante atual:

Há uma exagerada tendência, nos novos enfoques integracionistas, para a acomodação dos conflitos históricos e para o silêncio acerca dos períodos conflituos e dos aspectos que não facilitem a construção de uma imagem romântica e necessária da integração.  
(SARAIVA, 1997, p.21)

Tal perspectiva a ser evitada contradiz completamente o ensejo inicial do debate que vem sendo estabelecido entre os especialistas na área da educação, transformando o processo histórico em um mero pano de fundo manipulável segundo os interesses do momento. Tal perspectiva desfaz por completo a possibilidade de construirmos um espaço de integração multicultural calcado no espírito crítico e no respeito a diversidade do passado de cada nação.

## **ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS**

A partir das reflexões feitas sobre o contexto da integração cultural no MERCOSUL, chamamos a atenção para que seja dada maior ênfase em um modelo de ensino que privilegie o reconhecimento da diversidade cultural entre os quatro países membros. Mas tal iniciativa só irá tornar-se uma realidade na medida em que os livros didáticos passem a dar mais importância ao tema.

Neste ponto partimos para a análise de alguns livros didáticos brasileiros de ensino fundamental. A partir desta análise podemos compreender melhor o atual quadro de desinteresse ou desconhecimento por parte dos jovens brasileiros em relação ao MERCOSUL, que quando muito - ou seja, quando efetivamente tais jovens dizem já ter ouvido falar algo sobre este processo de integração-, limitam-se a falar sobre seus aspectos econômicos e comerciais.

Para este capítulo foram analisados 12 títulos, de editoras e anos diferentes. Nosso objetivo foi o de ver como o autor trabalha o tema, o que para ele é mais relevante, se estabelece relações entre o MERCOSUL e o contexto atual, sobre a formação de blocos, se é aberto espaço para a discussão de elementos culturais que sejam pertinentes a uma melhor compreensão do processo de integração e quais os recursos que utiliza para uma melhor compreensão do tema por parte dos alunos.

A maioria dos títulos não traz um aprofundamento maior do tema proposto. O MERCOSUL geralmente é trabalhado de forma bastante rápida, geralmente a partir de uma conceituação que privilegia o enfoque econômico. Em alguns casos são reforçados os aspectos políticos do acordo, mas nada além disso.

Nenhum dos títulos traça um histórico a respeito dos antecedentes do processo de integração, o que seria fundamental para uma boa compreensão da realidade regional nos anos ou décadas que antecedem o acordo. Oferecem também uma visão bastante vaga a respeito das relações estabelecidas entre o MERCOSUL e outros blocos como as ALCA e a União Européia, o que de certa forma descontextualiza o estudo na medida em que não evidencia tal processo enquanto o reflexo de fatores conjunturais do mundo contemporâneo.

Um dos textos estudados aborda de forma mais complexa estas questões. Trabalha, mesmo que brevemente o histórico deste processo de integração, abrindo margem para comentários mais detalhados sobre outros países latino-americanos que vieram a se associar ao bloco posteriormente. Este fato geralmente é pouco trabalhado pelos outros autores que sequer fazem menção a este tipo de associação.

Ao nosso ver, é de extrema importância que a abertura do diálogo com outros países figure nos livros didático uma vez que tal processo vem a evidenciar a importância de tal bloco como uma forma possível de reagir ao crescente processo de globalização vertical no qual estamos inseridos, onde pouco resta as economias em desenvolvimento.

Nenhuma das bibliografias por nós trabalhadas abre espaço para uma discussão mais séria a respeito dos aspectos culturais que envolvem este processo. Na realidade, apenas um dos livros faz menção a adoção de políticas internas comuns em determinados setores como a educação, o que é muito vago e nada diz a respeito da complexidade que envolve a cultura destes povos.

Tal fato é bastante preocupante mas também revelador da situação em que se encontra o conhecimento ou o desconhecimento dos alunos em relação ao MERCOSUL. Como podem saber mais se aquele que, na maioria dos casos é o veículo por excelência – para não dizer o único salvo raras exceções -, para o seu aprendizado, negligencia tal processo? Como estabelecer vínculos e despertar a importância do entendimento da cultura do outro se isso não é trabalhado nos livros didático?

A maioria dos livros não dispõe de mais de duas páginas para trabalhar o tema. Em muitos casos a própria utilização de recursos é extremamente limitada, resumindo-se a um pequeno mapa e alguns trechos de reportagens de jornais diários ou revistas de circulação nacional. Em alguns casos são utilizadas fotos ou charges ilustrativas da situação atual, geralmente chamando a atenção para os riscos de uma globalização desmedida, mas não diretamente sobre a formação do bloco.

Na realidade o que podemos perceber é um certo descaso em relação ao tema, o que muito nos chama a atenção na medida em que falar de MERCOSUL é algo extremamente presente na nossa realidade. Para além de todas as questões políticas e econômicas que interferem diretamente no nosso cotidiano, estabelecer uma relação de reciprocidade e aceitação cultural só é possível a partir do momento em que me abro a possi-



bilidade do conhecimento do outro.

Neste sentido, torna-se cada vez mais necessário que se efetive um redirecionamento nas políticas públicas sobre educação no sentido de que as mesmas contemplem de uma forma mais eficaz tais temáticas. Por outro lado, também é necessário que o enfoque cultural passe a ser uma das prioridades dos livros didáticos, vindo a somar-se as outras abordagens da análise histórica, abrindo espaço para a compreensão de processos extremamente imbricados e complexos da realidade destes países.

## CONCLUSÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, na Seção III, que trata do Ensino Fundamental, fala sobre a formação básica do cidadão mediante, entre outras coisas, a compreensão dos valores que fundamentam a sociedade, a aquisição de conhecimentos e o fortalecimento dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

Infelizmente tais processos ficam em segundo plano quando pensamos na abordagem feita sobre o MERCOSUL. A dificuldade de se pensar tais elementos numa perspectiva mais ampla, de forma a serem contempladas visões multiculturais sobre os países em questão, está evidenciada na forma como o tema vem sendo abordado nos livros didáticos brasileiros de ensino fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), demonstram e sugerem várias possibilidades de estudo dos conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ensino fundamental, levando-se em consideração uma série de especificidades que caracterizam cada um dos ciclos que o compõem. No entanto, em alguns casos podemos perceber uma certa resistência por parte dos professores em mudar a abordagem mais tradicional a que estão acostumados.

Neste sentido, a abordagem a partir de eixos temáticos proposta nos PCNs, que sem dúvida poderia lançar um novo olhar sobre a forma como se vem trabalhando este e outros tantos temas na área da história, acaba por sofrer um esvaziamento na medida em que raramente vem sendo aplicada em sala de aula.

Cabe aos professores repensarem sua prática, considerando o tipo de formação que se pretende promover. A eles também recai o compromisso de ampliar o campo do conhecimento dos educandos a partir de outras fontes, outros materiais que contemplem toda uma série de temas que em muitos casos vem sendo pouco ou sequer trabalhados naqueles veículos convencionais de estudo.

A formação crítica deve iniciar no próprio professor, na sua prática diária, nas suas experiências de ser humano contextualizado, capaz de produzir conhecimento crítico a respeito do mundo que o cerca. É neste sentido que pensamos em um maior comprometimento por parte do professor quando da análise de processos tão significativos e ao mesmo tempo tão atuais como é o caso do MERCOSUL. Não podemos perder de vista a multiplicidade dos aspectos a serem considerados nesta análise.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Flávio de (org.) (1999) *Estrutura e educação dos países do MERCOSUL/ CONESUL*. Porto Alegre: CIEE-RS.

- LOPES, Cícero Galeno (2004) “A integração Sequestrada”. In: Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais. *MERCOSUL e o conhecimento: os desafios da integração*. Porto Alegre: Publicação da / Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- MACIEL, Adriana M. da Rocha (org.) (2000) I Seminário Interinstitucional, IV Seminário Interinstitucional de Educação no MERCOSUL, IV Seminário Estadual de Educação Básica – PIEB. *Anais*. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta.
- REICHEL, Heloisa Jochims. (1997) “Produção Historiográfica no MERCOSUL: abordagens e tendências”. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de história e geografia no contexto do MERCOSUL*. Ministério da Educação e do Desporto – MEC / Secretaria de Educação Fundamental – SEF.
- SARAIVA, José Flávio S. (1997) “História e geografia no MERCOSUL”. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de história e geografia no contexto do MERCOSUL*. Ministério da Educação e do Desporto – MEC / Secretaria de Educação Fundamental – SEF.
- TRIVINOS, Augusto N. Silva. (org.) (1999) *Estratégias educacionais no MERCOSUL*. Porto Alegre: Novak Multimídia.